

BERNARDO BRAGA PASQUALETTE

ME ESQUEÇAM FIGUEIREDO

A BIOGRAFIA DE UMA PRESIDÊNCIA

1ª EDIÇÃO



EDITOR A RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2020

ISBN 978-65-5587-159-3

Seja um leitor preferencial
Record.

Cadastre-se no site
www.record.com.br e receba
informações sobre nossos
lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:
sac@record.com.br



A Elio Gaspari.

*A leitura de suas colunas durante a adolescência
e da obra Ditadura na idade adulta me despertaram
o desejo de escrever este livro.*

“Aquilo que não se compreende
não se pode possuir.”

GOETHE, 1749-1832

Sumário

Explicação — Ditadura ou democracia?

Introdução — A mão esquerda jamais será esquecida

Parte I — A chegada

Capítulo 1 — Eleição de um só eleitor

Radicalismo derrotado

Eleição de um só eleitor

O último a saber

A quarta estrela

Dissidência civil na Arena

A candidatura oficial se impõe

Euler, a oposição militar

Vitória de Geisel

Capítulo 2 — Movimentos iniciais

Um ministério entre os contrários

Antropofagia militar

A mão estendida

Nasce um novo João

Capítulo 3 — A anistia

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)

O funeral de Jango

O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA)

Quem vai dar o bombom é o Figueiredo

Um bombom para Brizola?

A abrangência da anistia

Órfão de pai vivo

Xeque-mate

Fome de liberdade

A volta dos exilados

Parte II — Abertura e sociedade

Capítulo 4 — Liberdade vigiada: a reorganização sindical

As primeiras greves e seus protagonistas

Capítulo 5 — Liberdade cerceada: a reorganização estudantil

Deixa os meninos brincarem

Ovos contra Kissinger

“Javier é brasileiro”

A longa caminhada da UNE

Capítulo 6 — Liberdade consentida: a reorganização partidária

Divisão das oposições e multipartidarismo

Os novos partidos políticos

A reforma eleitoral embaralha o jogo

As eleições de 1982

Quem ganhou, quem perdeu

Parte III — Abertura e autoritarismo

Capítulo 7 — A abertura ameaçada

A época das bombas

Detalhes de uma guerra particular

A longa noite de 30 de abril

A bomba explodiu dentro do governo

Nada será como antes (Golbery diz adeus)

O conselho de Lenin

A última reviravolta do caso: Figueiredo sabia?

Imprensa e impunidade

Capítulo 8 — Saúde e impedimento

Pequena indisposição

Tradição quebrada?

A “Pax Aureliana”

Capítulo 9 — A bomba atômica brasileira

Conexão Bagdá–Brasília

Da cooperação econômica à megalomania nuclear

Capítulo 10 — Dossiê Baumgarten

Crônica de uma morte anunciada

"Monstrengo"

A volta da revista *O Cruzeiro*

Yellow Cake

A batalha das Caravelas

Capítulo 11 — O autoritarismo agonizante

Vou chamar o Pires

Demolição na praia do Flamengo

“Sequestro” do DC-10

Como escravos de Debret

O discurso do cacique

Bastonadas no asfalto

Parte IV — A economia

Capítulo 12 — A imprevisibilidade de uma crise anunciada

Milagre econômico e dívida externa

Dois personagens de uma só crise

A derrocada de Simonsen

Na caçamba do Delfim

O triste fim do milagre brasileiro

Capítulo 13 — A mãe de todas as crises

Moratória mexicana e crise na América Latina

Setembro negro

Os quatro cavaleiros do Apocalipse

Capítulo 14 — A economia enterrou o regime

As negociações com o FMI

A maxidesvalorização do cruzeiro

A lenta agonia das promessas não cumpridas

Delfim ganhou mais uma

As greves de 1983

Reajustes salariais em épocas de hiperinflação

A insatisfação popular ganha a rua

Fim de caso

Parte V — Figueiredo sendo Figueiredo

Capítulo 15 — A ira

Não chegaria à metade do caminho

Prendo e arrebento

A fama de destemido

Novembrada

Capítulo 16 — As frases

Me envaideço de ser grosso

Prefiro o cheiro dos cavalos ao cheiro do povo

Dava um tiro no coco

Cavalo e mulher a gente só sabe se é bom depois que monta

Coração novo, mulher nova

O Brasil é um pinto que colocou ovo de avestruz

Isso até a minha neta faz

Estou convencido de que fui uma besta

Capítulo 17 — Encontros e desencontros

Na Bahia de Todos os Santos

A garotinha que “desafiou” o presidente

A bênção, João de Deus

Nos braços do povo

O elogio do cineasta

Reconciliação no céu e na terra

Jango, Jânio e JK

Os encontros com Reagan

Os desencontros com Geisel

Em Beijing com Deng Xiaoping

Sorria, presidente

Capítulo 18 — Casos e acasos

“Primo” Figueiredo

O sumiço do Rolex

A extinção da TV Tupi

A concessão da Rede Manchete e do SBT

A demissão do porta-voz

O Povo e o Presidente

A Velhinha de Taubaté

Vaias na Quinta

Copa de 1986 no Brasil

Espionagem no gabinete

Suriname sob ameaça

Parte VI — A partida

Capítulo 19 — A ameaça vermelha

A fobia comunista

A URSS nos tempos de Figueiredo

Capítulo 20 — A sucessão

A sucessão começou órfã

Chora Figueiredo, Figueiredo chora (Diretas Já)

Indefinição e três presidenciaíveis

A solução do problema sem solução

A implosão do PDS

Jogo bruto

A saída do almirante

“Tancredo *Never*”

O dia “D”

Colégio Eleitoral (Xô urucubaca)

Capítulo 21 — A despedida

Me esqueçam

A fome dos povos

Vá buscar o seu ministro na cadeia

Trapaça do destino

A saída é pela lateral

Capítulo 22 — Day After

Ainda a polêmica da faixa

Insultos no adeus a Médici

Declarações pós-governo

O roto e o esfarrapado

Inconfidências em Paraíba do Sul

Código ETAM

Figueiredo 94

Um cabo eleitoral mal-humorado

Solidão com vista para o mar

Polêmicas até depois da morte

A revelação da CIA

Epílogo — O final que não houve e o governo que não foi

Discurso de Figueiredo, 15 de março de 1985

Agradecimentos

Notas

Fontes

Bibliografia

Índice onomástico

Explicação

Ditadura ou democracia?

— Não foi ditadura, tampouco foi democracia. A sua principal tarefa vai ser descobrir o que foi.

Assim o jornalista Elio Gaspari de mim se despediu ao término do nosso primeiro encontro. Autor dos cinco volumes da série *Ditadura* — influência decisiva em minha decisão de escrever este livro —, sua assertiva colocação me causou certa estranheza, pois a princípio me parecia um tanto quanto óbvio que o período em que o general João Baptista Figueiredo esteve à frente do país havia sido uma ditadura — talvez mais branda, mas ainda uma ditadura tal qual eu compreendia o termo.

Entrava no segundo ano pesquisando o governo Figueiredo, e a frase do jornalista intuitivamente me remeteu à manchete do *Jornal do Brasil* de 31 de dezembro de 1978: “Regime do AI-5 acaba à meia-noite de hoje.”¹

Saí do escritório do Elio Gaspari — que também foi o responsável pela antológica manchete — e imediatamente busquei reler a edição do *JB* daquele dia. O pequeno texto de capa é elucidativo sobre o que significou para a vida nacional o derradeiro dia do ano de 1978:

À meia-noite de hoje o Brasil sai do mais longo período ditatorial de sua história. Dez anos e 18 dias depois de sua edição, o Ato Institucional nº 5, que suspendeu liberdades individuais, eliminou o

equilíbrio entre os Poderes e deu atribuições excepcionais ao presidente da República, encerra a sua existência. O presidente Ernesto Geisel, que governou com o Ato e comandou a política de distensão que o revogou, passa a última noite do ano — e do regime — na Granja do Riacho Fundo. O general Figueiredo, que receberá o governo sem poderes arbitrários, começará o ano na Granja do Torto, também em Brasília.²

Aprovada pelo Congresso cerca de três meses antes, a extinção do Ato Institucional significava um silencioso divisor de águas na vida do país. Poucos à época disso se deram conta, pelo menos naquela data exata — 31 de dezembro de 1978.

Assim, saía de cena o AI-5. Aquele longínquo domingo do ano de 1978 — último dia de vigência do famigerado Ato — teria muito mais influência sobre a minha obra do que eu inicialmente poderia supor.

O cineasta Glauber Rocha talvez tenha sido a principal personalidade a ecoar de maneira entusiástica aquela mudança que silenciosamente se operaria nas primeiras horas do novo ano: “1979 é o ano zero da cultura brasileira. É preciso fazer a revolução cultural, única forma de viabilizar a abertura política.”³

Se a revolução cultural não veio, a otimista previsão do cineasta não estava de todo errada. De fato, uma revolução silenciosa seria realizada nas entranhas do regime militar, pouco antes de ser iniciado o último ciclo de um general-presidente.

Invisível a olho nu, seria feita diante de todos. Mudaríamos para melhor.

Naquela virada de ano, o terreno estava sendo preparado para a chegada ao poder do general Figueiredo, em um ambiente político completamente diferente daquele enfrentado pelo governo anterior, e cuja principal missão seria completar o legado mais importante de seu antecessor — o processo de abertura política.

Não seria tarefa fácil. Nem simples.

Era esse o período que eu me propunha a retratar. Era exatamente essa a realidade que eu deveria descrever e, para tanto, seria fundamental compreender com exatidão o seu tênue ponto de partida.

Ditadura ou democracia? Provavelmente nenhuma das duas.

A partir dessa premissa — nem ditadura, nem democracia —, me vi forçado a rever alguns dos meus conceitos, e acabei por reformular a direção do meu trabalho, sempre buscando retratar o período e o próprio presidente Figueiredo da forma mais honesta possível e, principalmente, mais próxima da verdade.

Nesse tocante, fiz o melhor que pude.

Voltando um pouco mais no tempo, devo confessar que escrever este livro, a princípio, não passava pela minha cabeça. Gostaria de tê-lo lido. Sempre me interessei pelo período Figueiredo, tendo como ponto de partida uma coluna publicada no jornal *O Globo* em homenagem aos vinte anos da anistia.⁴ Recordo-me, ainda hoje, de sua data exata: 8 de agosto de 1999. Por mais paradoxal que à primeira vista possa parecer, este livro começou a ser escrito exatamente naquele dia, embora, na ocasião, eu sequer desconfiasse desse fato.

Não foi uma caminhada sem percalços, devo também confessar. Quando me deparei com o primeiro livro da série *Ditadura*, no distante ano de 2003, após uma indicação do meu professor de Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),⁵ uma singela frase em sua “Explicação” quase colocou tudo a perder: “Como não tenho interesse pelo governo do general Figueiredo, a sua administração ficará no esquecimento que pediu.”⁶

Jamais um início poderia ter sido tão frustrante, já que era justamente o período do regime militar pelo qual eu mais me interessava. No entanto, fui em frente e obviamente não me arrependi. Li os quatro volumes então existentes de forma sequenciada em duas oportunidades: entre 2003 e 2004, e depois em 2013.

Contudo, sentia que algo ainda faltava. Treze anos depois de eu ter o

primeiro contato com a obra, veio a redenção — o último volume *A ditadura acabada* afinal foi publicado, quando eu imaginava que pela falta de interesse do autor no período isso jamais aconteceria.

Nunca foi tão bom estar enganado.

Prontamente lido e relido, o livro me legou mais dúvidas do que certezas. Mais que isso, ficou um imenso desejo de conhecer com maior profundidade aquele importante ciclo da vida nacional.

Não me restava mais esperar. Chegara a hora de pôr mãos à obra.

E assim eu fiz.

Para elaborar este livro, entrevistei quase uma centena de pessoas, além de me debruçar em referências que consumiram quase cinco anos de esforços e resultaram nestas páginas, acompanhadas de aproximadamente 1.600 notas.

Ouvi atentamente todos aqueles que se dispuseram a comigo conversar, sem distinção. O critério fundamental foi ter vivenciado o período. De integrantes do ministério ainda vivos, passando por ex-presidentes do Brasil, ministros do STF, parlamentares, militares, ajudantes de ordens, o chefe de sua segurança pessoal e até os garçons que serviram Figueiredo, busquei todos aqueles que de alguma forma pudessem me fornecer uma visão viva da história.

Pela força do acaso, devo reconhecer que acabei por ter muita sorte na elaboração deste trabalho. Além da participação ativa de Elio Gaspari durante todo o processo no qual elaborei os originais e conduzi as entrevistas, quis o destino que outro craque da escrita acabasse por se tornar meu editor. Carlos Andreazza, a quem eu já admirava pela elegância e assertividade de suas colunas jornalísticas, acabou por ser o responsável pela revisão final e edição do livro.

Exímio conhecedor do período, além da robusta experiência de já ter editado algumas centenas de livros, Andreazza fez de sua análise profunda a mola mestra que faltava para que o livro se tornasse exatamente o que hoje chega às mãos do público.

Sorte minha e também do leitor.

Introdução

A mão esquerda jamais será esquecida

A ensolarada manhã de 28 de agosto de 1979 tinha tudo para ser mais um dia normal no seco inverno de Brasília. Não seria. Quando a mão esquerda do presidente João Baptista Figueiredo assinou a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979), em despacho corriqueiro e sem maiores formalidades, um importante e tormentoso ciclo da vida nacional naquele momento se encerrava.

Era a 48ª anistia da história do Brasil. Poucos compreendiam a magnitude daquele gesto como o próprio Figueiredo. Para alguém que já havia sentido na pele o gosto amargo de “ser filho órfão de pai vivo”,¹ aquele ato representava um reencontro com algo perdido em algum lugar do passado. Foi o mais largo passo na busca da reconciliação nacional.

Pouco tempo depois, apesar da discussão jurídica sobre a abrangência da anistia, não havia mais exilados obrigados a viver fora do Brasil. No réveillon de 1979, apenas dois cidadãos brasileiros permaneciam presos por razões políticas no país. Transcorrido pouco mais de um ano após a edição da lei, nenhum deles continuava encarcerado.² Um gesto simples, a assinatura em um papel, tivera consequências gigantescas.

Passados vinte anos, poucos se lembraram do gesto ou de seu autor. Em agosto de 1999, não houve nenhuma homenagem ou ato de reconhecimento ao ex-presidente. Talvez não tenha feito falta a

Figueiredo (provavelmente, ele não aceitará nenhuma homenagem). Fez falta à memória do país.

Naquela data, o general vivia recluso em seu apartamento de frente para a praia de São Conrado. Com a saúde debilitada, mesmo após se submeter a uma cirurgia espiritual para atenuar as crônicas dores na coluna, o ex-presidente evitava o convívio social, e nos últimos anos de vida pouco saía de casa.

Morreria na véspera do Natal de 1999.

É certo que o general pediu que o esquecessem. Conseguiu o que queria, é verdade. Mas é injusto legar à história esse esquecimento. Aquele breve período, entre março de 1979 e março de 1985, foi bastante significativo para a vida nacional.

Aqui vai contada a história desses seis anos. Refém do próprio temperamento, o general Figueiredo construiu durante o governo a (má) fama que o acompanharia pelo resto da vida.

De temperamento irascível, Figueiredo foi capaz de transformar um cargo político em uma máquina de fazer inimigos. Inábil no relacionamento com a imprensa, era incapaz de conter o seu “coloquialismo desabusado”,³ e assim transformava declarações corriqueiras em manchetes espetaculosas. Como ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), embora tenha chegado à Presidência pelo muito que ouvia (e sabia), acabou ficando marcado por aquilo que dizia.

E não foi pouco.

Suas frases, mal calculadas ou inoportunas (quando não as duas coisas), construíram o folclore errático em torno de sua figura. Não pôde (nem conseguiria) se livrar disso. Assim, até o final da vida, evitou dar entrevistas, e o seu relacionamento com a imprensa só piorou após deixar a Presidência.

Esse era o perfil do último general-presidente. Acabaria marcado pelas frequentes oscilações de humor e pelo comportamento

completamente imprevisível, capaz de surpreender até mesmo seus mais próximos colaboradores. Também eram frequentes as contradições entre suas posturas e manifestações, sendo que algumas vezes negava o conteúdo do que dissera, atribuindo aos seus interlocutores a culpa pela falta de entendimento sobre suas declarações.

No trato pessoal, revelou-se um completo desastre.

Pouco interessa a personalidade de Figueiredo. A importância do período em que governou o Brasil transcende a opaca figura de sua pessoa. É covardia esquecê-lo, a despeito de qualquer vontade sua. Fez muito em um período turbulento.

De bom e de ruim.

Muito se dizia que o general não gostava de ser presidente. No início do mandato, sua máquina publicitária tentou transformá-lo em um simples João, um sujeito simpático e afável. Não deu certo. Seu destempero não lhe permitia transformar-se em quem de fato não era. Transcorridos pouco mais de seis meses de mandato, até brigar na rua ele já fora.

Estava mais para “João Valentão”.⁴

O presidente também sempre tentou propalar o espírito democrático herdado de seu pai, que havia combatido Getúlio Vargas em nome da legalidade e foi um dos líderes da Revolução Constitucionalista de 1932. Contudo, como militar, defendeu o AI-5, e durante a sua carreira não hesitou em usar a força coativa do Ato Institucional em investigações.⁵

Ao mesmo tempo, Figueiredo se revelava sensível ao arbítrio e foi peça fundamental para que o aclamado filme de Glauber Rocha, *Deus e o diabo na terra do sol*, escapasse das garras da censura. Chegou-se até a afirmar que a existência do filme em muito se devia à intervenção firme do então coronel João Figueiredo — caso contrário, os originais poderiam ter sido queimados.⁶ Sua biografia convive permanentemente com essa dualidade.

Esse mesmo AI-5 havia sido revogado nos estertores do governo

Geisel, deixando para trás mais de dez anos de truculência e arbitrariedades. Se durante o governo Figueiredo não se vivia mais no cinza dos “anos de chumbo”, é verdade também que o autoritarismo, embora enfraquecido, ainda agonizava, sendo capaz de dar seus últimos suspiros em meio à abertura política.

Aconteceu de tudo um pouco, revelando a face obscura de um governo que publicamente acenava — com a sua “mão estendida” — ao retorno à democracia: a sede histórica da União Nacional dos Estudantes (UNE), na praia do Flamengo, foi demolida a marretadas; suspeitos um tanto insuspeitos foram amarrados pelo pescoço pela polícia; um voo comercial foi desviado de sua rota para atender autoridades; e teve até general a cavalo dando bastonadas em veículos que participavam de um “buzinaço” em Brasília.

Autoritário ou não, o certo mesmo é que o tal “espírito democrático” de Figueiredo deve ser visto dentro de um paradoxal dualismo — marca definitiva de sua personalidade e de sua própria biografia.

Por sugestão do seu marketing pessoal, o presidente passou a evitar óculos escuros em eventos públicos, herança de seus tempos de SNI. Mesmo assim, Figueiredo ainda parecia estar sempre zangado. Mas, apesar do aparente (e permanente) mau humor, houve momentos felizes também. Não foram muitos, é verdade. Pelo menos foram sinceros.

Dois deles saltam aos olhos. Quando foi carregado nos braços por garimpeiros em Serra Pelada, no Pará, a sua genuína expressão de felicidade o transformou no João que sempre quis ser — pelo menos por um dia. Nos braços do povo, vestiu à feição o personagem que nunca conseguiu moldar na vida real. Pena que não durou muito.

A reconciliação com Alzira Vargas, filha de Getúlio, foi outro ponto alto. Foram embora mais de cinquenta anos de inimizade entre as duas famílias. O genuíno sorriso estampado no rosto de Figueiredo ao cumprimentá-la eternizou aquele momento. A bonita imagem nos jornais do dia seguinte valeu mais que mil palavras, ofuscando a própria

campanha eleitoral que ensejou o fortuito encontro.⁷ Marcado por frases erráticas, dessa vez a sensibilidade deu o tom: “Meu pai e Getúlio devem estar abraçados no céu.”⁸

Em verdade, era uma reconciliação no Céu e na Terra.

Politicamente, o seu melhor momento foi a promulgação da Lei da Anistia, mas não é o único que merece ser lembrado. Some-se a isso a condução das eleições livres, em 1982, passo fundamental para a abertura política e a convivência harmoniosa com os novos governadores, a partir da vitória da oposição nas principais capitais naquelas eleições.

Em março de 1983, o Brasil passou a viver algo que era inimaginável em abril de 1964: a convivência pacífica entre Leonel Brizola, então governador do Rio de Janeiro, e João Figueiredo, presidente da República e legítimo representante do movimento que depôs João Goulart, cunhado de Brizola, pouco menos de vinte anos antes. O simbolismo histórico deste fato torna menos importante a figura das pessoas envolvidas. As instituições é que saíram fortalecidas. Ponto para a abertura, àquela altura um caminho sem volta.

Era um avanço significativo em tempos em que muitos ainda se opunham ao fim da ditadura, não apenas no campo das ideias, mas muitas vezes com bombas e outros gestos de beligerante intolerância, ações um tanto incomuns na vida política brasileira.

Aliás, foram essas mesmas bombas que fizeram o seu governo ruir, a partir do declínio da autoridade moral que o cargo lhe conferia, mas que jamais voltaria a exercer em sua plenitude após o episódio da bomba do Riocentro. Na primeira entrevista após a sua eleição, afirmou que “prenderia e arrebentaria” quem se opusesse à abertura. Pura bravata. Não fez uma coisa nem outra, e o Riocentro ficou sem culpados. A bravura sempre propagada contrastou com a maneira tímida e pouco incisiva com que agiu ante o episódio.

Acabaria marcado por isso.

Tampouco Figueiredo voltaria a ser o mesmo após o Riocentro.

Poucos meses depois, sofreu um enfarte e teve de se tratar nos Estados Unidos. Sem paciência, interesse e saúde para presidir o Brasil, viu seus principais colaboradores se tornarem amargos desafetos. Ungido ao cargo pela astúcia de Golbery do Couto e Silva e pelo poder de Ernesto Geisel, deles se distanciou.

Muito precocemente, era o início do fim.

O problema é que nesse momento ainda estávamos no final de 1981, com mais três longos anos de mandato pela frente. Para piorar, o horizonte econômico para a América Latina a partir de 1982 era tenebroso. Quanto maior a dívida do país, mais nefastos seriam os efeitos da crise sobre a sua economia. Pior para o Brasil. Àquela altura, o país era o maior devedor dos países do então denominado “Terceiro Mundo”.

Prenúncio de uma era de grandes dificuldades.

Seriam tempos de uma lenta agonia econômica, na qual o Brasil tecnicamente “quebrou”. Aqui deve ser feita justiça. Embora os efeitos da famigerada “crise da dívida” tenham eclodido durante o mandato, a verdade é que sua gênese se deu por conta de políticas econômicas anteriores ao governo Figueiredo.

Se não foi responsável pelos fatores que a criaram, é certo que faltou a Figueiredo a sorte que os seus antecessores tiveram. Nos períodos de Emílio Médici e Geisel, havia fartura de crédito internacional. Mesmo com o Primeiro Choque do petróleo, o crédito permaneceu abundante na praça. E os ex-presidentes não tiveram pudor de usar e abusar da profusão de petrodólares então disponíveis.

Para os anos de Figueiredo, nada disso. A conta tardou, mas chegou. À dramática situação associavam-se fatores internacionais que pioravam o que já era muito ruim. Da revolução islâmica no Irã à nova política de juros do Tesouro norte-americano, tudo conspirava contra. Não teve jeito — a economia explodiu em setembro de 1982. Era o denominado “setembro negro”, e o país entrou em *default*.

A partir daquele momento, só havia uma solução: negociar um

socorro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Relutante pela repercussão negativa junto à opinião pública, o governo protelou a medida o máximo que pôde. Pior para o Brasil, que se sentou à mesa de negociação de pires na mão. Da insinceridade (de ambos os lados) nas negociações com o FMI até um inusitado pedido de empréstimo por meio de uma chamada telefônica direta de Figueiredo para Ronald Reagan (na qual o “pires” foi passado), tudo foi pitoresco e anedótico naquele período.

Pobre Brasil.

Sorte foi realmente o que faltou a Figueiredo. Além da disparidade na conjuntura econômica internacional, durante o governo Médici o Brasil se sagrara tricampeão mundial de futebol no México, fato amplamente capitalizado pelo regime militar. Já no governo Figueiredo, a taça Jules Rimet, em posse definitiva da seleção brasileira em virtude das três conquistas mundiais, acabou sendo roubada no Rio de Janeiro. Provavelmente derretida por um comerciante de ouro argentino, a taça original jamais seria encontrada. O caso acabou virando um vexame mundial.

Houve ainda a sucessão presidencial. Na tradição do regime militar, quem estava no comando do país indicava o sucessor. Nos dois últimos governos do regime, embora com alguns percalços, essa tradição foi mantida. Com Figueiredo na condução, tudo era incerto.

Incumbido de conduzir o processo sucessório pelo Partido Democrático Social (PDS), pouco tempo depois Figueiredo devolveria a responsabilidade ao partido, demonstrando que não pretendia liderar o processo. Fazia parecer que, para ele, tratava-se de um fardo. Também dizia que não gostava de ser presidente, e afirmava que estava contando os dias para o mandato acabar. Nunca se soube ao certo até que ponto tudo isso era verdade.

Irresoluto e extremamente ambíguo, ninguém sabia exatamente o que ele queria. Talvez nem ele próprio. Acabou levando a fama de que era

candidato de si mesmo. Criou um problema pretensamente sem solução, como bem observado à época por uma perspicaz declaração atribuída a José Sarney: “Ele [Figueiredo] brigou com o Aureliano [Chaves], não ajuda o [Mário] Andreazza, tem horror a [Paulo] Maluf. Sabe que os militares vetam outro general para presidente. Quem sobra? Ele.”⁹

Figueiredo seria a própria solução do tal problema “sem solução”. Assim, seu mandato seria estendido por dois anos em manobra surpreendentemente apoiada por ninguém menos que Leonel Brizola. Realmente, eram outros tempos.

Não colou.

No meio desse turbilhão de acontecimentos, surgiu o movimento pelas eleições diretas. Fruto do vácuo de liderança no processo de sucessão presidencial, a campanha Diretas Já ganhou as ruas. Oficialmente, Figueiredo não a apoiava. Algumas declarações suas (ou atribuídas a ele), embora rapidamente desmentidas, davam conta do contrário. Supostamente ditas em solo africano, acabaram conhecidas como “Vozes D’África”. Os desmentidos não surtiriam efeito, e o presidente acabaria virando alvo de um divertido refrão entoado pela multidão que comparecia aos comícios.

Se realmente preferia o cheiro do cavalo ao do povo, o certo mesmo é que Figueiredo foi parar literalmente na boca desse mesmo povo, de quem parecia não gostar tanto. “Chora, Figueiredo/ Figueiredo, chora/ Chora, Figueiredo/ Já chegou a tua hora” era um dos cantos entoados com maior entusiasmo pelas multidões que lotavam os comícios da campanha.

Sem dúvida, a hora havia chegado. A campanha pelas diretas foi rechaçada pelo Congresso, por uma ínfima diferença de 22 votos. Pouca coisa. Na convenção do PDS, Maluf batera Andreazza. Figueiredo teria que o engolir para que seu partido não perdesse as eleições. Não quis. Deixou Maluf a pé. Assim, abriu caminho para a vitória oposicionista de Tancredo Neves.

Sem o apoio de Figueiredo, Maluf tornara-se presa fácil para Tancredo no Colégio Eleitoral, mas nem tudo seria tão simples para o político mineiro em sua jornada até o Planalto. Embora na seara política a candidatura tancredista estivesse navegando de vento em popa, ainda havia resistência militar. Muitos ainda viam (ou inventavam) uma improvável infiltração comunista radical na candidatura oposicionista. Fabricava-se uma crise artificial, mas que, naquela época, representou um risco concreto de retrocesso institucional.

Em reunião com a cúpula militar, a proposta de virada de mesa foi levada explicitamente a Figueiredo em caso de vitória oposicionista. A resposta do presidente, precedida de murros na mesa, deixou claro que Figueiredo só aceitaria aquela tenebrosa sugestão em duas situações: se estivesse morto ou fosse deposto. A incisiva resposta representou um ponto final às aventuras golpistas.

Figueiredo saiu daquela reunião maior do que entrou.

Era o fim do arbítrio. O poder simbólico da Presidência da República retornaria a um civil. Melhor ainda — com uma vitória da oposição. Haveria um final feliz para os longos 21 anos de ditadura.

Pelo acaso das circunstâncias, quis o destino que tudo saísse completamente diferente do imaginado. Em episódio que comoveu todo o Brasil, Tancredo Neves passou mal a poucas horas da posse e teve de ser prontamente hospitalizado para uma intervenção cirúrgica de emergência. Assim, acabou impedido de comparecer à solenidade de transmissão do cargo que ocorreria no dia seguinte. Embora eleito, jamais tomaria posse como presidente do Brasil.

Eis que dessa fatalidade surgiu o evento que desconstruía definitivamente a imagem de Figueiredo. Rompido com Sarney desde o episódio da saída do senador maranhense da presidência do PDS, recusou-se a transmitir pessoalmente o cargo. Teria dito ao ministro Leitão de Abreu, possivelmente no início da madrugada de 15 de março de 1985: “Não passo a faixa nem recebo o Sarney em Palácio, essa

hipótese está totalmente descartada.”¹⁰

Sem dúvida, Figueiredo não soube dimensionar a grandeza daquele momento. O simbolismo que poderia ter tido, mas que não teve por uma atitude mesquinha, manchou definitivamente sua biografia. A polêmica permaneceu, e inúmeras versões para a ausência surgiram ao longo dos anos. O próprio Figueiredo justificou o episódio de maneiras diferentes. Só não foi possível voltar atrás no tempo. Nada do que foi dito será capaz de modificar o que (não) foi feito. Infelizmente.

Pela precisão com que aborda o tema, vale a transcrição da síntese de Elio Gaspari sobre o incorrigível desacerto daquele momento final:

Patético e errático, o último dos generais deixou o poder pedindo que o esquecessem. Conseguiu, e a narrativa dos seus seis anos de governo acumula fracassos para os quais contribuiu a figura folclórica que ajudou a construir. São raros os casos que um gesto constrói ou desconstrói a figura de um político. [...] Numa decisão tomada entre a noite de 14 de março de 1985 e a manhã seguinte, Figueiredo faltou à cena final do seu governo. Num gesto infantil, recusou-se a passar a faixa presidencial a Sarney e deixou o palácio do Planalto por uma porta lateral. Embaçou o seu melhor momento, a entrega do poder a um civil. O cavalariano estourado mutilou a biografia do presidente.¹¹

Assim terminava o governo. Parecia que os meses finais de seu mandato haviam sido um suplício para o próprio Figueiredo. Em uma de suas derradeiras declarações à imprensa, deu a tônica do fim: “Dizem que eu fiz um desgoverno.”¹² Era isso mesmo, como bem pontuava a revista *Veja*: “Sem saúde para o cargo e sem capacidade para a função, ele marcou os seus seis anos de governo pela falta de uma linha de ação enérgica e coerente. Diante dos problemas que só poderiam ser minorados com a intervenção do governo, o desastre avançou.”¹³

Figueiredo deixou o governo rumo ao ostracismo. Queria voltar a ser simplesmente o João. Viu ruir o regime que o fez emergir. Foi o

personagem central do ocaso de uma ditadura que se arrastou política e economicamente arrasada até o seu melancólico fim. Deixou o país pior do que o encontrou, pelo menos em termos econômicos.

Para muitos, um dos piores governos da história republicana.

Os números frios da economia¹⁴ e os desajustes de seu comportamento ajudaram a moldar uma imagem bastante desfavorável de seu governo. O caso Riocentro manchou definitivamente a sua reputação pessoal. Ao final, o “conjunto da obra” era desolador.

Não é justo terminar assim.

Goste-se ou não de Figueiredo, a verdade é que ele conduziu o processo de abertura até o fim, devolvendo o poder a um civil ao final do seu governo. Para tanto, teve de “destruir a sua própria base de sustentação de poder”,¹⁵ em um verdadeiro processo de “antropofagia” que afastou os militares do centro decisório da política. Hoje pode não parecer muito, mas naquela época significou muita coisa.

A grandeza da abertura política seguramente supera os personagens que dela fizeram parte, mas não autoriza a História a esquecê-los. A anistia, a volta dos exilados, as eleições livres realizadas em 1982, a convivência pacífica com antigos adversários a partir da vitória eleitoral das oposições — todos foram passos muito importantes para o retorno da democracia no Brasil.

Marcado pela omissão do governo na apuração da bomba do Riocentro, o que muitas vezes fez sua figura ser associada à maneira tibia com a qual se portou diante do episódio, Figueiredo também teve momentos em que pôde demonstrar toda a sua coragem.

Em reunião preparatória na Blair House,¹⁶ antes da visita à Casa Branca, em meio ao inesperado conflito entre ingleses e argentinos pelas ilhas Malvinas, Figueiredo advertiu diretamente o governo norte-americano que o Brasil não admitiria um ataque da Inglaterra ao continente sul-americano.¹⁷ Ficou implícito que, no caso de um bombardeio à Argentina, o Brasil apoiaria militarmente seu vizinho.

Podia ser por solidariedade a um país irmão. Podia significar também apoio à outra ditadura militar.

Pouco importa. As condições econômicas do Brasil em maio de 1982 tornaram o gesto ainda maior. Profundo conhecedor da debilidade econômica brasileira, e mesmo ciente de que a ajuda dos Estados Unidos era fundamental para superar a sinistra crise que se avizinhava, o presidente não titubeou. Seu recado, dado de forma clara e direta ao poderoso secretário de Estado norte-americano, foi levado ao presidente Reagan e certamente chegou ao conhecimento dos britânicos.

Em 1983, nova prova de independência. Recebendo a visita secreta do embaixador dos Estados Unidos, propuseram-lhe uma invasão brasileira ao Suriname em resposta à presença de militares cubanos naquele pequeno país. Figueiredo, no entanto, resistiu ao intento. Nas memórias publicadas por Ronald Reagan, o registro histórico daquele fato: “O presidente do Brasil tinha uma ideia algo diferente da nossa.”¹⁸ Tinha mesmo, e a invasão nunca ocorreu, preservando-se a soberania de um país sul-americano.

Também é verdade que, se foi omissos na apuração do Riocentro e dúbios na coordenação política da sua sucessão, pelo menos não se pode acusar Figueiredo de populismo. Ao se deparar com a chance de sediar a Copa do Mundo de 1986, preferiu recusar. Embora inicialmente favorável, logo voltou à realidade e declarou que o Brasil “não poderia gastar um só cruzeiro”¹⁹ naquela empreitada.

O presidente sabia o tamanho da crise que o país enfrentava, e assim não hesitou em desistir da iniciativa, a despeito do entusiasmo dos dirigentes esportivos. No seu veto, foi realista: não queria deixar (mais) dívidas para o futuro governo (o mundial de futebol seria realizado no ano seguinte ao término de seu mandato) e a situação da economia brasileira à época impunha “estrita austeridade nos gastos públicos”.²⁰

Figueiredo soube resistir à popularidade que tal iniciativa poderia lhe conferir em um momento de extrema dificuldade por conta dos altos

índices de inflação e desemprego. Acossado pela crise, poderia ter optado por “jogar para a plateia”. Mas não o fez.

Por fim, Figueiredo ainda pôde resgatar, pelo menos em parte, um passado amargo e doloroso. Legítimo representante do movimento que depôs João Goulart e cassou os direitos políticos de Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, em seu governo Figueiredo reabilitou simbolicamente os vencidos de 1964. Em um momento marcante da história do Brasil, Jânio voltou ao Planalto para uma audiência com o presidente, e um emblemático aperto de mãos selou um novo momento político na vida nacional.

Batidos em 1964, Jango e JK não viveram para ver o governo Figueiredo nem a anistia levada a cabo pelo presidente. No entanto, a memória dos ex-presidentes voltou ao Palácio do Planalto, pelo menos por alguns curtos momentos. Ao receber as ex-primeiras-damas Maria Thereza Goulart e Sarah Kubitschek em dois encontros marcados por um tocante simbolismo, Figueiredo demonstrou ao país que, em seu coração, anistia também significava reconciliação.

Não podendo apagar o passado, o presidente fez um aceno para o futuro. Superava-se assim uma página infeliz da nossa história. Coube a Figueiredo encerrá-la com altivez e elegância. Mais que reconciliação, anistia também significava esquecimento. E até mesmo perdão.

Melhor para o Brasil.

Após a sua morte, foi possível perceber a real dimensão do personagem. Os diversos obituários de Figueiredo registraram de tudo um pouco e, de certa forma, fizeram justiça à sua pessoa: da carreira brilhante no Exército aos arroubos verbais durante a Presidência, das “Vozes D’África” à reconciliação com os desafetos do regime, da demolição da sede da UNE à recusa em sediar a Copa de 1986, da crise da dívida externa à condução de eleições livres em 1982, da briga com estudantes em Florianópolis a ser carregado nos braços por garimpeiros em Serra Pelada, da anistia ao caso Riocentro.

Tudo foi lembrado, apesar do seu pedido para ser esquecido.

São recordações de uma época que se foi. Não deixou saudades, é verdade. Mas é inegável que seu governo foi fundamental para o retorno do Brasil à democracia.

PARTE I:

A CHEGADA

Capítulo 1

Eleição de um só eleitor

Radicalismo derrotado

O 12 de outubro de 1977 foi o dia “D” para que a candidatura do general Figueiredo à Presidência da República se sagra-se vitoriosa cerca de um ano depois. Naquele dia, feriado católico no Brasil, a sorte de Figueiredo estaria em jogo. Haveria o embate derradeiro entre a anarquia militar e a autoridade constitucional do presidente da República.

Era um choque de forças assimétricas. O presidente da República é o comandante-chefe das Forças Armadas e, portanto, hierarquicamente superior a todos os oficiais que compõem o Exército brasileiro, sem exceção. Mesmo assim, havia o risco real de uma crise institucional, e o presidente Geisel cercava-se de todas as cautelas possíveis.

A evolução dos acontecimentos naquele segundo semestre de 1977 não fluía com a naturalidade que a ordem constitucional estabelecia. Pelo contrário. O presidente Geisel tinha a sua autoridade permanentemente contestada por sistemáticas ações do general Sylvio Frota, então ministro do Exército. Frota, dissimulado postulante a suceder o próprio Geisel em pleito que seria realizado no ano seguinte pela via indireta do Colégio Eleitoral, forjava a sua candidatura de forma sorrateira e ao arrepio das orientações presidenciais.

O presidente Geisel havia sido claro sobre o processo sucessório. A questão seria conduzida por ele próprio, e as discussões e consultas sobre

quem seria indicado pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) como candidato do governo à Presidência da República só seriam iniciadas em janeiro de 1978.

Contudo, isso não impediu que surgisse, no Congresso Nacional, um movimento de apoio — que crescia rapidamente — à candidatura do ministro. Estimulado pelo próprio “candidato a candidato”, a incipiente candidatura também crescia em ritmo acelerado, chegando a contar com a expressiva adesão de 92 arenistas.¹ Não era pouca coisa.

Embora dissimulasse a real intenção em se candidatar, o ministro passou a comparecer a reuniões com políticos em Brasília e receber toda espécie de homenagens em diversos municípios Brasil afora. Em privado, Frota se referia ao abandono dos princípios e ideais do movimento de 1964.² No aparente vazio do discurso, residia um recado implícito: topava a aventura de se tornar o “patrocinador” de um endurecimento extemporâneo do regime.

Cumprindo agenda de candidato, faltava-lhe, todavia, o essencial: o apoio de Geisel. Pretendia driblar esse obstáculo dando musculatura a sua candidatura até que chegasse ao ponto de ganhar vida própria, tornando-a um fato consumado. Era um movimento arriscado. Frota sabia disso, mas foi em frente.

Logo a candidatura do ministro do Exército passou de mera conjectura justificada pela autoridade do cargo que ocupava a uma ameaça real ao projeto de abertura política que Geisel pretendia implantar em dois momentos: em seu mandato, no qual o processo foi efetivamente iniciado, e no mandato de seu sucessor, que seria o responsável por consolidar e finalizar a abertura política no Brasil.

Caso Frota conseguisse viabilizar-se como candidato e posteriormente fosse eleito presidente do Brasil, todos esses planos estariam seriamente ameaçados. A abertura política, que em última análise pretendia levar os militares de volta aos quartéis, naquele momento corria um risco real.

Para obter êxito no processo de abertura que planejava desde meados

de seu governo, Geisel deveria conter o radicalismo militar que almejava a permanência das Forças Armadas no poder por tempo indefinido. A manutenção do poder foi um constante obstáculo no processo de redemocratização do Brasil. Havia motivos ideológicos para tanto.

Mas havia oportunismo também.

A redemocratização faria com que os militares perdessem o poder e também os cargos que ocupavam na administração federal. Um estudo realizado em 1979 revelava que 30% de todos os cargos geralmente ocupados por civis no governo federal eram ocupados naquele momento por militares das três armas.³

A candidatura Frota tinha um componente ideológico forte, mas também era apoiada pelos oportunistas de plantão que embarcavam na aventura com o objetivo de usufruir de eventuais benesses que a proximidade do poder provavelmente lhes conferiria no futuro, como bem observa um general que vivenciou aquele período: “Tinha ali [na candidatura Frota] uma turma radical sincera. Mas tinha também os aproveitadores que queriam ver o Frota presidente para usufruir do poder, da situação.”⁴

E era exatamente isto que significava a candidatura Frota: endurecimento de um regime que já havia começado a se flexibilizar, longa permanência no poder por parte dos militares e anticomunismo tão exacerbado que colocava em dúvida até o próprio governo militar comandado por Ernesto Geisel. Nada podia significar uma guinada tão radical do regime como a ascensão do ministro do Exército à Presidência da República.

De fato, essa possibilidade representaria um grande retrocesso à abertura política. Se o processo de abertura era lento e gradual com Geisel, na eventual hipótese de um governo Frota fatalmente seria interrompido. O recrudescimento do regime militar com Frota na Presidência da República representaria uma anacrônica volta ao passado, retornando a um mundo que não mais existia, embora alguns ainda

teimassem em enxergá-lo.

Diante desse contexto, Geisel foi forçado a fazer a sua escolha. No dia 12 de outubro de 1977, o presidente colocou fim às aspirações de seu ministro do Exército ao demiti-lo sumariamente em uma manhã ensolarada na capital federal. Foi a primeira e única vez durante o regime militar que um ministro do Exército foi exonerado diretamente pelo presidente da República. O comum à época era ministros do Exército sucederem o presidente. Exoneração sumária como aquela era fato inédito e demonstrava a gravidade da situação.

Contando com um dispositivo militar habilmente costurado para aquela ocasião, Geisel sufocou qualquer reação de seu ex-ministro. Até chegou a haver uma tentativa frustrada de reunir o Alto Comando do Exército em torno de Frota logo após sua demissão. Não deu certo. O governo habilmente havia desarticulado a tentativa. Na manhã seguinte, Frota rumaria para o ostracismo de uma vida pacata como oficial da reserva em seu apartamento no Grajaú, Zona Norte do Rio de Janeiro.

Ao sair, o já ex-ministro fez de seu último ato a derradeira mancha em sua biografia. Uma pesada nota deu o tom de seus ideais e sentimentos, acusando o governo de complacência e passividade diante da perigosa ameaça comunista.⁵ Nada mais anacrônico e desconectado da realidade brasileira naquele final de 1977, tendo a nota sido considerada pela maior parte da imprensa como uma mistura espúria de “dedo-durismo e sandice”.⁶

A princípio, poderia ser censurada pelo governo, ainda amparado pelos amplos poderes conferidos pelo AI-5. No entanto, quando o presidente Geisel se deparou com os termos extremamente radicais da nota, não só permitiu como até estimulou a sua difusão. Segundo o próprio Geisel, “[...] esse manifesto é tão ruim que trabalha a meu favor”.⁷

Fácil era inferir os motivos para tanto: a nota era algo tão divorciado da realidade brasileira e do contexto de abertura que se desenrolava

naquele final de década de 1970 que a divulgação seria muito mais prejudicial ao próprio Frota, pois revelava quem ele realmente era e, principalmente, quais eram seus reais propósitos.

Em realidade, a nota revelou-se um completo desastre. Para a caserna, era contraproducente, não despertando a solidariedade esperada no meio militar. Para a opinião pública e para a imprensa, era grotesca em seus termos e anacrônica em seu conteúdo, identificando o general como um “gorila”⁸ capaz de divulgar um texto em completo descompasso com os anseios da sociedade civil.

Consumada a decisão e debelada a crise, o presidente Geisel superara uma das maiores crises militares brasileiras do século XX e assim conseguira fazer prevalecer a continuidade de seu projeto de abertura política, além de encaminhar a sua sucessão na direção que desejava.

A saída de Frota enfraquecia a chamada “linha dura” que existia dentro do Exército brasileiro. Mais do que isso, sua demissão representou o restabelecimento da primazia da autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas. A falta de reação militar à demissão mostrou que uma “quartelada” àquela altura era considerada inconcebível pelo próprio Exército.

Melhor assim.

O presidente Geisel a partir daquele momento se cercou de todas as cautelas e colocou oficiais de sua estrita confiança em postos-chaves. Seu objetivo primordial era prosseguir com o processo de abertura política, sendo que a partir do momento da demissão de Frota a tendência era que houvesse muito menos contestação às decisões presidenciais que pretendiam levar a cabo tal finalidade.

Do episódio da demissão do ministro do Exército até o final do governo, a abertura adotou um ritmo mais lento, em uma espécie de preparação do terreno para a consolidação do processo de flexibilização do regime, já sob a orientação do próximo presidente da República que viria a suceder Geisel no cargo.

Por outro lado, Geisel se assenhorou da situação política e militar após a demissão de Frota, consolidando sua autoridade e deixando claro que prosseguiria com a abertura política, e que não permitiria interferências no processo sucessório, que continuaria a correr sob a sua estrita condução pessoal.⁹

E isso aconteceu, de fato, com a aquiescência expressa dos altos comandantes militares. Após a declaração de Geisel de que só trataria da questão sucessória em janeiro de 1978, seguiram-se declarações do seu novo ministro do Exército, general Fernando Bethlem, no sentido de que “o Exército não trata da sucessão, nem antes nem depois de janeiro”,¹⁰ acompanhada por outra declaração de um de seus generais em posto de comando, que de forma ainda mais incisiva afirmava: “O Alto Comando não é colégio eleitoral.”¹¹

Essas declarações, ditas por quem foram, representavam o apoio irrestrito das Forças Armadas ao presidente Geisel. Naquele momento, significavam muita coisa. Estava sepultada de maneira definitiva qualquer aspiração radical e a imposição de um nome a Geisel. Não era o Exército que imporia o seu candidato ao presidente, mas o próprio presidente que imporia o seu candidato à nação.

A hierarquia vencera a força. Estava quebrada a espinha dorsal da anarquia e da indisciplina, e reafirmada a prevalência da Constituição.

Melhor para o general Figueiredo, cujos caminhos à candidatura presidencial estavam definitivamente abertos.

Eleição de um só eleitor

A possibilidade de Figueiredo ser o sucessor de Geisel remontava à sucessão do presidente Emílio Médici. Figueiredo, próximo de Geisel e Médici, teria sido inclusive o escolhido para transmitir pessoalmente o convite para que Geisel viesse a assumir a presidência da Petrobras no início do mandato de Médici.¹²

Algumas fontes chegam a relatar que Geisel já havia escolhido Figueiredo como seu sucessor antes mesmo de se tornar presidente da República,¹³ quando trabalhava no processo de contatos e articulação do seu futuro governo, no final de 1973,¹⁴ em um escritório no largo da Misericórdia, no Rio de Janeiro.

O certo é que Figueiredo foi um dos grandes articuladores da candidatura do então presidente da Petrobras à Presidência da República, sendo um dos principais responsáveis pelo sucesso da empreitada. A importância estratégica de Figueiredo no êxito da candidatura Geisel reside no fato de o general ter supostamente trabalhado para neutralizar a antipatia de Médici em relação a Golbery do Couto e Silva, que poderia até impedir que a candidatura de Geisel fosse levada adiante, tal era o grau de aversão que o então presidente nutria por Golbery.

A importância desse gesto de Figueiredo pode ser medida pela descrição de uma reunião crucial para a confirmação da indicação de Geisel, já ao final do governo anterior, quando o então presidente Médici estava em processo de decidir definitivamente sobre quem seria seu sucessor. Na narrativa de Roberto Médici, filho do ex-presidente, a importância de Figueiredo nesse episódio teria sido decisiva para o seu desfecho:¹⁵

Ao final do governo quando o assunto começava a ser tratado de modo explícito, em uma reunião com os “Ministros da Casa”, General Fontoura, Doutor Leitão de Abreu e General Figueiredo, meu pai declarou que estava fixando-se no nome do general da reserva Ernesto Geisel para seu sucessor. A única dúvida que o perturbava, e ainda estava impedindo a sua decisão, era a possibilidade de Geisel aproveitar Golbery. [...] Figueiredo assume a palavra e declara: “Não se preocupe, presidente. Estão completamente separados. O senhor não acha que, se estivessem juntos, o Golbery não estaria junto com ele na Petrobras?”. Essa passagem me foi contada pelo meu pai e que pode ser confirmada

pelo General Fontoura, uma das duas testemunhas ainda vivas.

Esse gesto deixou marcas profundas na relação de Figueiredo com a família do ex-presidente Médici. No velório de Médici, seu filho Roberto impediu ostensivamente que Figueiredo concluísse suas condolências à viúva,¹⁶ e um neto do ex-presidente falecido chegou até mesmo a ofender Figueiredo durante o velório.¹⁷

A participação de Figueiredo na sucessão do presidente Médici foi tão significativa que o próprio Geisel chegou a cogitá-lo para ser seu vice-presidente,¹⁸ pois achava que precisava de um vice capaz de substituí-lo com efetividade em qualquer situação¹⁹ e, de certa forma, todo aquele processo fez nascer uma relação de confiança entre os dois generais. Em realidade, Figueiredo tornara-se o “articulador entre os contrários”,²⁰ sendo a figura capaz de fazer o elo entre o grupo “Castelista” (afastado do poder desde a ascensão do presidente Artur da Costa e Silva) e o grupo mais ligado ao presidente Médici.

A vantagem de transitar bem nos dois grupos levou Figueiredo a ter um papel central na costura que levou Geisel à Presidência, pois “era amigo do Médici, do Golbery, do Ernesto e do Orlando [Geisel], amigo de todos. Já que era esse grande articulador, Figueiredo despontava naturalmente, antes mesmo da posse do presidente Geisel, como seu provável sucessor”.²¹

Por toda essa participação no processo de sucessão presidencial no biênio de 1973-74 é que Geisel acabou inicialmente se fixando no nome de Figueiredo para sucedê-lo ao final de seu mandato. Assim, Figueiredo já largava muito à frente de todos os eventuais futuros pretendentes ao cargo.

Aquela era uma eleição de um só eleitor.

Em meados de 1977 já se cogitava abertamente nos bastidores do poder a candidatura do ministro chefe do SNI à Presidência da

República, sempre seguida de fortes rumores de que seria o candidato preferido do Palácio do Planalto.

Pura verdade.

Contudo, paralelamente havia a candidatura do ministro do Exército sendo costurada pela ala militar mais radical, e tal possibilidade começava a ganhar força no Congresso Nacional. Era necessário colocar a candidatura “oficial” na rua o quanto antes, a fim de que também começasse a ganhar visibilidade e, principalmente, passasse a dividir o espaço político. Caso contrário, em pouco tempo a candidatura do general Sylvio Frota poderia se tornar um fato consumado.

Ainda estava viva na memória do presidente Geisel e de seu entorno de auxiliares mais próximos o exemplo da sucessão de Humberto de Alencar Castelo Branco, na qual a indefinição do presidente em escolher o seu sucessor fez com que o general Costa e Silva, então ministro do Exército, ganhasse paulatinamente força até que a sua candidatura se tornasse irreversível, não havendo margem para o presidente Castelo Branco buscar nenhuma alternativa civil ou militar para sucedê-lo.

O grupo “castelista” à época convencionou denominar aquele episódio de “A Primeira Guerra”. Havia sido uma derrota dolorosa. Mas deixou um aprendizado que naquele momento se revelava útil. A sucessão de Geisel seria “A Segunda Guerra”, e dessa vez aquele mesmo grupo castelista capitaneado por Golbery e Geisel, atuando agora diretamente do Palácio do Planalto, não estava disposto novamente a perder uma disputa pela Presidência da República.

Com essa premissa em perspectiva, o entorno de Geisel decidiu que em meados de 1977 a candidatura do general Figueiredo precisava se tornar pública. O primeiro sinal veio em julho daquele ano, quando o próprio Figueiredo confirmou a possibilidade de sua candidatura em rápida entrevista na saída de uma missa em Brasília.

Naquele momento, Figueiredo condicionava a sua candidatura a três fatores distintos: a vontade de Geisel, a sua própria vontade e, ainda, que

houvesse um entendimento político e militar nesse sentido.

Admitindo a candidatura sem comunicar Geisel previamente, Figueiredo poderia se ver em uma situação incômoda perante o presidente, cujo “voto” era o que realmente contava naquela eleição. Ao abordar o assunto com Geisel, Figueiredo foi cauteloso: “Não sei se o senhor já viu o *Jornal de Brasília* hoje. Eu não falei o que está escrito. O senhor sabe como são essas coisas. A gente fala de um jeito, sai de outro.”²²

Reservadamente, o presidente Geisel confidenciou que considerava positiva a declaração de Figueiredo.²³ Tinha mesmo razão em pensar dessa forma. Ao ser lançada, em julho de 1977, a candidatura de Figueiredo vinha a ocupar um espaço político que gradativamente ia sendo preenchido pela candidatura linha dura do general Frota. Naquele momento, a estratégia era dividir as atenções e o espaço, e, ao mesmo tempo, evitar que a candidatura de Frota se consolidasse como alternativa real à sucessão de Geisel.

Não havia mais tempo a perder. O “candidato a candidato” tinha que se tornar conhecido do grande público, algo que a própria natureza do cargo que exercia àquela altura (ministro chefe do SNI) não favorecia.

Assim, ainda naquele mesmo mês foi lançado o Pacote de Julho, com a biografia de Figueiredo distribuída à imprensa com o propósito de torná-lo conhecido. A partir de um perfil positivo que combinava traços de um pai de família associados a um general de Exército esportista e adepto da equitação, buscava-se transmitir a imagem — que não era tão verdadeira assim — de Figueiredo como um sexagenário “jovial”, cuja pretensa vitalidade seria determinante para a função que desempenharia pelos seis anos seguintes.

Nesse contexto, foi muito enfatizada também sua tradição familiar, já que ele era filho do também general Euclides Figueiredo, oficial de perfil notadamente democrático e que fora preso pelo governo de Getúlio Vargas ao participar da Revolução Constitucionalista de 1932.

Não havia, em teoria, ninguém melhor para levar adiante os planos de distensão iniciados no governo Geisel. Era esse o perfil que o governo pretendia “vender” à opinião pública. E assim se fazia pela mais pura convicção do presidente Geisel, que acreditava que Figueiredo era a pessoa ideal para concluir o processo de retorno à democracia.

Inicialmente, afirmava-se que, caso o ambiente político e militar permitisse, Geisel gostaria que um civil o sucedesse. Contudo, o presidente já aparentava ter desistido da ideia, pois convenceu-se de que aquele ainda não era o momento propício. A demissão de seu ministro do Exército levou Geisel a constatar que a pretensa candidatura não era um fato isolado, mas, antes, revelava a existência de um “bolsão” de radicalismo dentro das próprias Forças Armadas.

Analisando com clareza o contexto da época, Merval Pereira assim enuncia as intenções do presidente Geisel em relação à sua sucessão: “O Presidente Geisel, embora decidido pelo general Figueiredo, guardava uma pequena margem de escolha para outras alternativas, todas elas civis. Se chegasse à conclusão de que o momento político favorecia um passo mais largo, ele poderia escolher um civil para sucedê-lo.”²⁴

Não foi o caso.

Diante daquelas circunstâncias, sobretudo em função do delicado incidente envolvendo o ministro Frota, Geisel optou mesmo pela manutenção da candidatura daquele que fazia muito tempo já participava da vida do governo, sempre com eficiência e discrição. Na visão do presidente, Figueiredo tinha a vantagem de ter acompanhado todo o governo dos presidentes Médici e do próprio Geisel, além de ter participado da administração do presidente Castelo Branco.

Assim, o nome de Figueiredo ganhava força, fosse pela circunstância da sua larga experiência no governo, fosse pelo conseqüente conhecimento amplo da máquina administrativa, fosse pela sua fidelidade ao processo de distensão. A sua escolha representava também uma alternativa à linha dura, que àquela altura ainda almejava um